



PEDAGOGIA DA OPRESSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR: RESGATANDO MEMÓRIAS DE EXPERIÊNCIAS COM A HOMOFOBIA.

Marcos Andrade Alves dos Santos¹; Daniele Gruska Benevides Prata² Mário César Amorim de Oliveira (orientador)³

¹ Licenciando em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (FACEDI-UECE - Itapipoca/Ceará/Brasil) e colaborador do Grupo de Estudos sobre Heteronormatividades na Escola (GEHE-FACEDI). E-mail: marcos.andrade@aluno.uece.br

² Mestre em Administração de Empresas. Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (FACEDI-UECE - Itapipoca/Ceará/Brasil) e docente colaboradora do Grupo de Estudos sobre Heteronormatividades na Escola (GEHE-FACEDI). E-mail: daniele.gruska@uece.br

³ Mestre em Educação Científica e Tecnológica. Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e Coordenador de Área do PIBID-Bio/FACEDI da Universidade Estadual do Ceará (FACEDI-UECE - Itapipoca/Ceará/Brasil). E-mail: mario.amorim@uece.br

Resumo: Percebendo que as disposições da escola estão centradas na heteronormatividade objetivo evidenciar como estas disposições se materializam no cotidiano escolar a partir de um relato de minhas vivências como estudante da educação básica. Historicamente o aparelho escolar esteve comprometido com o funcionamento estrutural da homofobia, pois a discriminação que assola a sociedade não se mantém distante, tampouco ausente do ambiente de aprendizagem, pelo contrário, preenche este espaço de significados e violências simbólicas e reais. Apresento a necessidade de tratar sexualidade, gênero, sexo e principalmente direitos humanos na escola como estratégia que garanta uma educação cidadã contribuindo para uma sociedade mais justa.

Palavras-chaves: Escola; Heteronormatividade; Homofobia; Relato; Educação cidadã.

Introdução

A escola é um palco onde ensaiamos nossos papéis sociais. As mais diversas e conflitantes situações de aprendizagem que vivenciamos no ambiente escolar nos ensinam muito mais do que conteúdos curriculares ou formas de construir saberes, elas inscrevem marcas e estilos em nossos corpos, nos ensinam como ser, como sentir, como expressar, e como agir diante da diversidade imersa no tecido escolar, produzindo efeitos nas formas que nos relacionamos com nós mesmos e com as pessoas.

Ao refletir sobre suas experiências escolares Guacira Lopes Louro argumenta que a forma como nos construímos socialmente possui estreita relação com as situações vivenciadas na escola e



nosso desempenho nelas, a autora reflete que o investimento básico da educação está voltado a fabricação de homens e mulheres “de verdade”, a quem mais tarde vai qualificar de heterossexuais. Para ela as nossas lembranças escolares estão associadas a forma como constituímos nossas identidades sociais, especialmente as sexuais e de gênero. (LOURO, 2005)

Neste contexto, situar-se dentro do espaço escolar implica em reconhecer as múltiplas negociações e disputas que permeiam a construção de sua hierarquia institucional. As negociações em favor da escola codificam valores, crenças, subjetividades, preconceitos em currículos administrados com um ideal de educação para todos. Na construção de uma educação que respeite e desenvolva as potencialidades de cada indivíduo, a escola tem sido objeto de olhares e críticas, visto que, segundo Junqueira (2012), pode cultivar e ensinar preconceitos e discriminações. Por outro lado, a validade de desnaturalizar os regimes de opressão dentro da escola reflete-se nas disposições ímpares que os fatores acima conferem a esta instituição social. A validade está em transformar a escola de lugar marcado por preconceitos e discriminações em um espaço de acolhida que possibilite a crítica e a desconstrução desses saberes e ações desumanizantes.

Percebendo que as disposições da escola, enquanto aparelho de disciplinamento e sujeição, estão capilarmente situadas em processos heteronormativos, seja na afirmação e normalização da heterossexualidade como única potência de entendimento e vivência da sexualidade, seja na fabricação do sujeito heterossexual e abnegação de indivíduos dissidentes da norma, o objetivo dessa comunicação é *evidenciar como estas disposições se materializam no cotidiano escolar a partir de um relato de minhas vivências como estudante da educação básica, em meio ao dito e ao não dito do currículo, nos discursos, gestos e ações dos professores e demais profissionais da escola, nas relações de poder entre os alunos e entre a comunidade escolar*. A heteronormatividade permanece no cerne das mais diversas situações de aprendizagem no dia-a-dia da escola, produzindo efeitos sobre o tecido escolar, efeitos estes, que incidem mais violentamente sobre uns que outros, agindo de distintas e contingentes maneiras na formação dos sujeitos¹, construindo e visibilizando os limites da norma ao passo que transforma descontinuidades de gênero em justificativas para marginalização de corpos.

¹ Claramente, sou fruto de uma educação heterossexista e homofóbica que feriu os princípios orientadores presentes no Plano Nacional de Educação e PCN que, no período em que estive na educação básica, mencionavam a problematização de questões ligadas a ‘sexualidade e gênero’ como discussões que contemplam a pauta de Direitos Humanos. Com a dignidade ultrajada e o futuro comprometido pelas experiências violentas escolares, ratifico que a cultura desumanizante daquele espaço produz jeitos de ser, formas de agir e maneiras de sentir que vão além do ensino de conteúdos distribuídos entre as disciplinas escolares. Estando a instituição escolar comprometida, em seu currículo oculto, com a vigilância da heterossexualidade compulsória, abjeta qualquer indivíduo que destoe desta expectativa.



1. Currículo Heteronormativo

Segundo Junqueira (2012), o currículo heteronormativo é um artefato político, discursivo e automaticamente cultural. Entender que as disposições curriculares estão imbricadas pela heteronormatividade se faz necessário à medida que notamos que uma série de atividades propostas na escola tem como intuito ensinar que a heterossexualidade é a única possibilidade legítima de experimentação da sexualidade.

Instituindo a heterossexualidade como posição normal de sexualidade, a escola, ao mesmo tempo, demarca a posição a ser alcançada por todos e os limites para quem não a atinge. Deixando evidente que o “outro” é todo aquele que não se adequa as exigências heteronormativas. Para estes “outros” se autorizam uma série de pedagogias não explicitadas no currículo prescrito, mas que integram o *currículo em ação* (JUNQUEIRA, 2012) operado na escola. Desse modo, piadas, insultos, degradações, humilhações, assédios, ameaças, violências, desumanizações constituem-se em experiências didáticas que se articulam entre o currículo e o cotidiano, em operações que objetivam normalizar a todos, mesmo que seus alvos prioritários sejam os “diferentes”.²

Nestes termos, atentar que a aprendizagem acontece dentro dos parâmetros do currículo heteronormativo é ter em mente que este ultrapassa os limites do prescrito, da formalidade, constituindo-se nas mais diversas situações de aprendizagem (JUNQUEIRA, 2012), (re)produzindo sujeitos e marcas, identidades e formas, saberes e ignorâncias, diferenças e igualdades, hierarquias e marginalização. Portanto a análise de minhas experiências escolares dialoga e expõe as movimentações do discurso heteronormativo nas práticas de professores e nas minhas relações com os outros alunos e a comunidade escolar.

2. Homofobia em suas relações com a Pedagogia da opressão

O bullying escolar está diretamente vinculado a orientação sexual das vítimas envolvidas (FIPE, 2009); logo, os sujeitos menos aproximados dos ditames da heteronormatividade são submetidos diariamente nos espaços de responsabilidade da escola a outras pedagogias, não prescritas no currículo formal, mas que se constituem a partir da permissão da escola e de seus saberes heterocêntricos. Louro (2005) indica a inscrição nos corpos de uma pedagogia da sexualidade, que Junqueira (2012), especificamente para as homossexualidades, passa a nomear de ‘Pedagogia do Armário’.

² Entenda-se por diferentes as mulheres, os negros, os LGBTs, ou aqueles que se distanciam das expectativas de gênero e sexualidade.



Estudos recentes apontam para a homofobia como um fenômeno social, e não somente individual como era entendido (PRADO; MACHADO, 2012; JUNQUEIRA, 2012; FIPE, 2009). Socialmente a homofobia atua como vigilante das normas de gênero. Neste ponto, situa-se a presença formadora do *armário* gay (SEDGWICK, 2007) e suas dinâmicas relações com a pedagogia do armário que acontece no ambiente educativo da escola.

Essa pedagogia pode ser traduzida em ações, gestos e discursos mais aparentes em termos de finalidade, como insultos, assédios, exclusões, silenciamentos, coerções, violências, desumanizações e abjeção que perseguem sujeitos distanciados das pretensões de gênero e sexualidade presentes na normatividade heterossexual. Corroborando com o termo *pedagogia do insulto* (JUNQUEIRA, 2012), a pedagogia da opressão possui suas raízes fincadas na homofobia estrutural da instituição escolar, que apoiada na matriz heteronormativa obstina-se na produção de uma sexualidade normal (LOURO, 2005) enquanto marginaliza, vigia, e persegue a outras manifestações de sexualidades humanas.

Metodologia

O trabalho aqui desenvolvido é fruto de uma inquietação pessoal acerca dos processos disciplinares vivenciados no interior da escola que frequentei quando estudante da educação básica. Através de um relato de experiência, metodologia que se aproxima da pesquisa autobiográfica, pretendo apontar caminhos que iluminem em minha história escolar os mecanismos heteronormativos que me oprimiram na tentativa de me regular a sexualidade normalizada.

Começo por situar meu relato nas disposições escolares que me significaram ao ordenar autoritariamente minhas discontinuidades para em seguida indicar como a heteronormatividade e homofobia permaneceram sustentando diversas relações de poder às quais estive submetido durante minha vida escolar.

Resultados e Discussões

Identificar-se enquanto sujeito diferente da maioria é um processo simples quando esta compreensão é fornecida e reforçada cotidianamente por outros sujeitos imersos ao seu espaço. Não tinha mais do que nove anos quando passei a reconhecer a confluência de olhares disciplinares endereçados a mim, estes partiam, em sua maioria, dos indivíduos que ocupavam uma posição mais elevada na pirâmide hierárquica escolar; concomitantemente piadas discriminatórias acerca da minha sexualidade desviante dominavam os discursos – particularmente, dos meninos – e eram



promulgadas como verdades declaradas pelos meus comportamentos feminilizados. Estas pequenas “brincadeiras”, em fala de uma professora, eram para chamar a atenção e estavam relacionadas ao fato de me socializar com as garotas e não procurar me aproximar do universo dos meninos; a sugestão apresentada correspondia basicamente a que me adequasse as exigências reguladoras do padrão aceitável de masculino, me distanciando de qualquer expressão naturalizada como feminina.

Inconformado, por não compreender em que consistiam meus desvios, fui severamente castigado por meus colegas dentro do espaço escolar. Gradativamente as piadas evoluíram para pancadas, que passaram a ser acompanhadas de fragmentadas explicações sobre os motivos de serem aplicadas. Estes discursos desorganizados revelavam a base que garante sustentabilidade à matriz heteronormativa presente na escola, utilizados para afirmar minha inferioridade em virtude da superioridade dos meus agressores, justificada por sua orientação sexual que se legitima pelo mesmo processo em que fui marginalizado.

Imputados a mim de forma ora grosseira, ora silenciosa, hoje vejo claramente que estes mecanismos institucionais ou isolados objetivavam o controle das expressões do meu corpo, entendido no espaço escolar como perigoso por desestabilizar a ordem institucional admitida. Não obstante, era preciso além de me corrigir me deixar invisível a todos os outros para que minha “diferença” não afetasse a constituição dos demais meninos dentro das expectativas heteronormativas.

Participar da aula tornou-se um desafio. Voz fina, corpo esguio, riso fácil e trejeitos femininos. Todos estes caracteres produziam uma imagem negativa de mim, pois me afastavam da figura masculina das expectativas binárias de gênero que, segundo Louro (2005), estão associadas ao do Homem branco, heterossexual, ocidental, urbano, burguês e cristão.

O olhar intimidador da professora de matemática confirmava essa conclusão, e sua postura a punha em prática. Ao buscar pronunciar minhas dúvidas às questões propostas na aula por vezes fui ignorado, diferentemente do que acontecia aos meninos associados à heterossexualidade. Num movimento consciente de autoproteção, decidi não mais interrompê-la para tirar dúvidas, o que pode ter comprometido minha aprendizagem em Matemática e contribuído para minha dificuldade em resolver problemas de raciocínio que exigem a mobilização de saberes lógico-matemáticos.

Todavia, simplesmente não era suficiente me manter silenciado, mecanismo pelo qual o meu corpo deveria permanecer invisível frente os outros, era preciso também garantir meu conformismo com a invisibilidade imposta. Assim, percebi a convivência da instituição e seus gestores com discursos de ódio e práticas violentas que sofria no próprio espaço escolar. Desta forma, corredores,



pátio, banheiro, sala de aula, tornaram-se gradualmente campos de batalha, nos quais foi difícil sobreviver. Movido pela cultura violentamente homofóbica criada no interior e nos arredores da escola adotei um comportamento agressivo em resposta ao silenciamento imposto pela direção da escola quando lhe reporteí estes fatos. Quase fui expulso.

Corriqueiramente observamos análises que discutem sobre o baixo nível de escolaridade de indivíduos que se ausentam da escola confirmar que a evasão escolar também esta relacionada a motivos de sexualidade. As Travestis e Transsexuais comprovadamente possuem menor tempo de estudo que outros indivíduos mais ou menos normalizados no interior disciplinar da escola. De acordo com JUNQUEIRA (2012), as tecnologias de poder empregadas pela instituição heteronormativa no ajustamento compulsório dos indivíduos a masculinidade hegemônica, com obrigação a heterossexualidade, passa pela rejeição à feminilidade e a homossexualidade. Assim, em meu cotidiano foi marcado por:

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na rotina escolar de um sem-número de pessoas, desde muito cedo expostas às múltiplas estratégias do poder. (JUNQUEIRA, 2012, p. 7)

Durante um prolongado período, caminhar pelos corredores da instituição era tarefa árdua. Os insultos, xingamentos, humilhações, prisões no banheiro e ameaças a violência sexual configuravam-se em elementos integrantes do currículo em ação ofertado diariamente na escola interiorana disponível a mim. O medo de sucumbir à violência estrutural destes “castigos” permeava a minha participação nas atividades curriculares. O interior da sala de aula se assemelhava mais a um campo de suplícios que a um ambiente de aprendizagem. Os risos e a piadinhas tinham por objetivo atestar a traição de meu corpo a masculinidade presumida pelo seu sexo biológico e os ensinamentos dos professores constantemente remetiam a origem natural de homem/mulher com suas diferenciações e papéis específicos.

Os episódios vividos nas portas da escola ganharam significado diferencial; Compreendendo este espaço como integrante da instituição escolar, percebo que os alunos administravam grande autonomia nas relações de poder em que se exercia a força do discurso de ódio e práticas violentas de homofobia. Sem dúvidas, o fato de sair da escola, conferia uma ideia de liberdade aos indivíduos para aplicar sem medo o que já era permitido – ainda que isso não fosse claramente reconhecido – dentro da escola.

Nesse aspecto, a escola se nega a admitir que consente com discursos e práticas que ensinam e legitimam em seus processos a homofobia. Recordo que o vigia da escola por vezes assistiu as



agressões que sofri sem nada fazer para me socorrer, e quando finalmente conseguia me desvencilhar de meus agressores percebia que a platéia comumente era diversificada, era formada por ele, por pais de alunos e por alguns de meus professores que se dirigiam a suas casas. Nesses fatos, é possível apoiar a tese defendida anteriormente e afirmar que o regime disciplinar produzido pela escola configura-se num dos principais responsáveis por disseminar na sociedade a homofobia, é claro em consonância com a família e outras instituições sociais (PRADO E MACHADO, 2012).

Deslocando a problemática tratada aqui para a família observo alguns fatores complicadores na minha própria constituição familiar (pretendo tratar destes fatores em outra produção), como também nas de meus colegas de sala de aula, percebendo que seus pais contribuíram de forma dramática para reiterar o discurso escolar produzido sobre mim.

Aos onze anos iniciei uma promissora amizade com um colega de escola, a relação parecia me fortalecer, me proporcionava segurança (era preferível andar acompanhado pelos corredores que só), mas pouco tempo depois descobri que a mãe do garoto lhe aconselhou a afastar-se de mim, nas suas palavras “Aquele menino é um viado e se você estiver com ele as pessoas irão pensar que você também é”. Isso exemplifica o quão próxima é a relação do discurso propagado dentro do ambiente escolar do organizado no seio familiar. O que me leva a admitir que os discursos de ódio também sejam constituídos no interior da família e deslocados, por conseguinte, para o interior escolar, onde tomam força. Nesse sentido, o conhecimento produzido na escola converge com o que já faz parte do cotidiano dos estudantes, apenas reiterando-o e concedendo-lhe legitimidade.

Ainda insistindo na tentativa de encontrar e discutir em minhas experiências escolares a estreita ligação do relacionamento entre família e escola na produção do sujeito socialmente eficiente, o sujeito heterossexual, lanço mão de uma situação pertinente vivenciada no interior da biblioteca escolar para servir a tal intento:

Em função das condições desiguais pelas quais era obrigado a me relacionar com os outros sujeitos no espaço escolar, especificamente com a professora de matemática, a minha percepção disciplinarmente direcionava-se a identificar agressões de várias naturezas que me eram direcionadas, provavelmente ao analisar a situação antecipava os possíveis resultados para ter algum tempo para escapar, funcionava como um mecanismo de defesa.

Nesse contexto foi proferido pela professora de matemática diante de toda a turma o seguinte discurso: “Eu não suporto esse menino”. Respondi a afirmação com um insulto.

Isso me custou à aparente liberdade de permanecer em sala de aula, mas dessa vez não fui encarcerado na direção, como costume, senão na biblioteca, onde meu castigo seria copiar uma



soma de textos até o fim da aula caso objetivasse sair do colégio neste horário. Simultaneamente ao cumprimento de tal condição, a professora bastante nervosa se dirige a sala dos professores e desabafa com uma colega que posteriormente incrementa o espetáculo de humilhação que protagonizei. Essa jovem profissional aparentemente recém formada parecia inábil com as palavras, ao adentrar o espaço da biblioteca em que me encontrava antes só, me interpelou em uma série de perguntas pelas quais não demonstrei interesse. Frente a minha recusa em responder, a profissional pareceu ter se irritado, pois ouvi nitidamente seu resmungo pejorativo: “VIADO IGNORANTE”.

Nessa palavra os sujeitos daquela instituição encontravam segurança para me classificar, definir, explicar, anormalizar e por fim garantir a legitimidade da hegemonia heterossexual no interior da escola. Nas relações de poder a que estávamos imersos, era essa palavra a responsável por determinar minha posição inferior em relação aos demais indivíduos normalizados pela regra instituída, considerando a heterossexualidade o elemento regulador dos lugares determinados dos sujeitos na hierarquia sexual admitida ali.

Resistindo a me enquadrar em tal estigma gritei com a profissional: “Não me chame de VIADO”. Entretanto, o alarde voltou-se contra mim. Logo a sala foi invadida pela diretora que me encaminhou para casa. Por que a história contada por mim parecia absurda.

Avalio que este processo eufêmico de silenciamento é extremamente necessário para a manutenção da disciplina coercitiva presente no espaço escolar, uma vez que acionar a voz de defesa do sujeito revelaria a possibilidade de conceder forma a uma estratégia de resistência e enfrentamento ao poder disciplinar. Assim, admitir vazão ao discurso de defesa corresponderia no contexto citado questionar a ordem do regime pelo qual a escola se sustenta (A fabricação do heterossexual), o princípio usado para a politização da palavra contagiosa, que ao mesmo tempo todos deveriam conhecer o significado e não usá-la, a não ser em defesa da masculinidade ideal.

Minha recusar em aceitar o estigma poderia desestabilizar o regime, desorganizar a noção de heterossexualidade presumida, romper os limites normalizados do espaço escolar, bagunçar as evidências esperadas dos indivíduos. Por outro lado, o insulto funcionaria como perfeito elemento regulador, tomando a premissa de que nenhum adolescente ciente de seu significado ousaria desejar ocupar o lugar conferido pela palavra – o lugar da abjeção. Carregado de estigma e preconceito o insulto não poderia representar orgulho imediato aos sujeitos que reconhecessem seu significado nebuloso, antes era rejeitado por qualquer um que desejasse ser aceito.

Historicamente o aparelho escolar esteve comprometido com o funcionamento estrutural da homofobia, a discriminação que assola a sociedade não se mantém distante, tampouco ausente do



ambiente de aprendizagem, pelo contrário, preenche este espaço de significados e violências simbólicas e reais.

Dados confirmam o assustador índice de evasão escolar pontuado por indivíduos de sexualidades incongruentes a norma sexual que através de complexos processos conduz os sujeitos a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2000). Esses processos são resumidos em dois alelos da normalização, a homofobia e o heterossexismo.

Em 2009, uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) constatou que o bullying escolar está intimamente relacionado à orientação sexual das vítimas envolvidas. Essas informações confirmam a crueldade do sistema educacional em fornecer possibilidade aos sujeitos para discriminarem, perseguirem, amedrontarem outros em razão do fortalecimento da desigualdade histórica mantida pela hierarquia sexual (PRADO E MACHADO, 2012) escolar que individualiza e delegam posições de sexualidade a partir do esquema binário homossexual/heterossexual, no qual a homofobia se enraíza.

Jamais consegui participar das aulas práticas de Educação Física, pedia constantemente para ser dispensado alegando problemas de saúde inexistentes, ao constatar que professores não me defendiam ante os insultos sofridos. O discurso era sempre o mesmo “você precisa jogar como os outros meninos”. Sobre isso Junqueira (2012) resgata duas perguntas:

Quantas vezes, na escola, presenciamos situações em que um aluno “muito delicado”, que parecia preferir brincar com as meninas, não jogava futebol, era alvo de brincadeiras, piadas, deboches e xingamentos por parte dos colegas? Quantas são as situações em que meninos se recusam a participar de brincadeiras consideradas femininas ou impedem a participação de meninas e de meninos considerados gays em atividades recreativas “masculinas”? (JUNQUEIRA, 2012, p. 7)

Pelo visto me manter debaixo de constante vigilância apresentava ser o mecanismo mais eficaz para garantir estabilidade ao espaço disciplinar, acredito que nesse aspecto estava envolvido muito mais que vigilância, como também assegurar que me conscientiza-se do lugar que ocupava na hierarquia institucional, o inferior.

O meu armário era transparente. As elucidações a aproximação de minhas expressões a das meninas consistia na referência básica para que escondesse dentro do armário minhas expressões e silenciasse meus pronunciamentos públicos. Mas muito mais do que está dentro do armário era de se garantir que meu corpo não obtivesse confiança, assim os discursos me enquadravam na posição exótica, diferente e beirando o anormal. Fazia-se necessária uma constante vigilância, e esta se



configurava de duas formas, primeiro me dava referências sobre como deveria atuar, e segundo, me segregava.

Concederam-me essa possibilidade: davam-me notas, que eu não merecia, somente para não sofrer agressões indo à aula de Educação Física durante todo o fundamental.

De todo modo o regime de vigilância que se materializava nas aulas atravessava outros contextos de aprendizagem. O intervalo entre uma aula e outra, “o recreio” era o principal ambiente de socialização disputado pelos alunos, o recreio era uma mesa de negociações, disputas e enfrentamento. A intensidade das piadas ganhava poder de reforçar as marcas e estilos que compunham nossas identidades. Não somente reforçar positivamente, mas ao contrário, promover a ridicularização, a perseguição a traços que não se enquadrem na expectativa de gênero para cada um. Comigo as perseguições mais relevantes nestes horários me fazem recordar as muitas vezes que fui molhado no bebedouro enquanto buscava tomar água e ainda as vezes que fui ridicularizado e agredido por brincar com as meninas. Diariamente impunham-se na escola sanções a minha conduta feminilizada baseadas em suspeitas de homossexualidade, afinal de contas brincar com as meninas seria elemento suficiente para confirmar minha transgressão a ordem sexual e de gênero instituída, o discurso homofóbico fazia-se eficaz na manutenção da heteronormatividade.

Contar sobre meus desejos de brincar com as garotas no recreio era reprimido pelas risadas dos meninos que ao chamarem isso de “viadagem” destorciam a imagem positiva da brincadeira, fazendo-me trepidar entre manter silêncio dos meus desejos ou externá-los e ficar sujeito a intimidação. Tal relação faz-me refletir a circulação de preconceitos no espaço escolar como condição necessária a garantia de heterossexualização dos corpos (JUNQUEIRA, 2012).

Verifico que outras questões estavam imbricadas nestes episódios, como a tentativa de ferir a masculinidade de meu corpo transgressor ao regime ao enquadrá-lo no lugar da mulher. Na lógica ocidental, a mulher ainda ocupa lugar de subordinação. Era interessante para o discurso heteronormativo forjar minha compreensão sempre em um lugar subalterno, inferior e estigmatizado.

O espaço escolar, nesta perspectiva tornou-se uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (FOUCAULT, 1987). As inúmeras situações de aprendizagem assumem nos processos curriculares as tarefas de construir saberes, sujeitos, identidades, diferenças, desigualdades, hierarquias e aprofundam processos de marginalização e exclusão. (JUNQUEIRA, 2010)



A *pedagogia da sexualidade* (LOURO, 2005) que vivenciei no espaço escolar inscreveu marcas em meu corpo, estas ao invés de estarem associadas a conteúdos curriculares, estão corporificadas no medo e insegurança propiciados pelo currículo em ação ofertado no sistema educacional brasileiro. Na tentativa de me conformar à heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2000) nos mais diversos ambientes sociais da escola a *pedagogia da sexualidade* traduziu-se em *pedagogia da opressão*, e seus efeitos ultrapassaram os limites discursivos materializando-se no meu corpo e na minha mente. Cada gesto detinha-se na vigilância, cada palavra tentava esconder a voz fina, cada ação silenciada por sanções advindas dos olhares atentos a observar se me desviava da fronteira de gênero.

A *pedagogia da opressão* não tinha um agente específico para operá-la, mas se tivesse com certeza a escola negaria sua responsabilidade sobre os processos desumanos a que me submeteram nos seus domínios. Entendo que gerir a aula requer muito mais do que ignorar os questionamentos do aluno diferente do parâmetro, percebo que muitas vezes carreguei o estigma de mau aluno somente por não me conformar com as imposições de invisibilidade. O fracasso escolar aqui poderia ser explicado, em parte, pelas condições desiguais pelas quais os alunos são tratados.

Acostumar-se a insultos rotineiros ou enfrentá-los sozinho? Correr ou apanhar na frente dos colegas e professores? Ausentar-se da aula ou continuar com a tormenta? Como enfrentar o assédio, contar a família seria solução? Como chamar a atenção da direção escolar para estas situações de agressão? Estas foram algumas questões recorrentes daquela época, para as quais não encontrei respostas tampouco apoio. As vivi intensamente. Corria pelo corredor, passava apressado pelo bebedouro, me distanciava do banheiro, me abrigava na biblioteca. Entre chacotas e deboches constitui um mundo em que ninguém pudesse me ferir. Não dei mais atenção, até que fui vítima de meu próprio desprezo e pensei que morrer seria a única solução. Mas era medroso para tentar. A escola tinha se tornado um lugar ignorante em relação a mim e a outros como eu.

Considerações Finais

Sou fruto de uma educação heterossexista que me oprimiu e desrespeitou minha dignidade humana ao tentar inscrever uma norma de sexualidade no meu corpo em detrimento das minhas expressões de gênero e sexualidade. Pretendo que outras pessoas que vivenciaram experiências semelhantes às minhas e, principalmente, que a comunidade escolar sejam capazes de refletir sobre o dia-a-dia da escola, os processos que se constituem no seu interior e seus efeitos no tecido social. Sujeitar pessoas à lógica da heteronormatividade no espaço escolar, em suma, produz efeitos na



forma como vemos a nós mesmos e ao outro e como somos autorizados nos relacionarmos com esses outros. De toda sorte somos impelidos a vigiar a nós e ao outro, tendo a disposição um arsenal de violências prontos a tentar corrigir quem se afasta da norma.

A necessidade de tratar sexualidade, gênero, sexo e principalmente direitos humanos na escola apresenta ser a maneira mais eficaz de evitar que seres humanos tenham sua dignidade ultrajada, sua manifestação silenciada e sua existência invisibilizada por discursos e práticas institucionais que fazem valer a legitimidade da maioria. Admitir que a escola é conivente e, por vezes, ensina homofobia (LOURO, 2005) é o primeiro passo na direção de assegurar que a educação possua um caráter humanitário. A proposição que registro é que a escola como espaço público e de formação cidadã (JUNQUEIRA, 2010) tem o papel fundamental de problematizar os regimes naturalizados de opressão como medida que atue na construção de uma sociedade justa.

Referências

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G.L. (org.).

O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

FIPE, MEC, INEP, **Relatório Final do Projeto de estudos sobre ações discriminatórias no ambiente escolar**. São Paulo, 2009. Disponível em portal.mec.gov.br/documentos/relatoriofinal.pdf. Acesso em 18 abr. 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNQUEIRA, R.D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do Currículo**, v.2, n.2, p.208-230, 2010.

JUNQUEIRA, R.D. **Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar**. MILSKOLCI, R. (org.). Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012.

LOURO, G.L (org.) **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRADO, M.A.M. **Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

SEDGWICK, E.K. “A epistemologia do armário”. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.